

N. F. Nº - 210545.0510/17-2
NOTIFICADO - SEARA ALIMENTOS LTDA.
NOTIFICANTE - JUCKLIN CELESTINO DA SILVA FILHO
ORIGEM - IFMT METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 26.12.2019

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL
ACÓRDÃO JJF Nº 0088-06/19NF

EMENTA: ICMS ANTECIPAÇÃO TOTAL AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE MERCADORIAS. FALTA DE REGIME ESPECIAL. (NCM 02071400) Produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos, e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos. Aplicável com a tributação do Convênio. 89/05. Alíquota interestadual destacada de 07%. MVA 24,76% da base de cálculo da antecipação total. Notificado recolheu o ICMS antes da ciência. **IMPROCEDENTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 28/09/2017, em que é exigido o ICMS no valor de R\$23.542,04, e R\$14.125,22 de multa de 60%, perfazendo um total de R\$37.667,26, pela falta de recolhimento da antecipação total do ICMS, em aquisição interestadual de produtos resultantes do abate de bovinos, suínos e equinos, procedentes do Mato Grosso do Sul e destinado a contribuinte baiano sem regime especial.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art. 332 do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art. 32 e art. 40 da Lei nº 7.014/96. Multa prevista no art. 42, II, “d”, da Lei nº 7.014/96.

Em síntese, o Advogado do Notificado pleiteou na defesa a extinção da lavratura fiscal, (fls.12 a 48) por considerar que já tinha efetuado o pagamento do imposto que motivou a autuação. Informa que efetuou o pagamento do imposto foi em 27/10/2019, antes da lavratura da Notificação Fiscal a qual foi realizada em 28/10/2019. Que pagou tempestivamente o valor de R\$24.528,36, correspondente ao montante do débito (R\$23.541,95), acrescido de juros moratórios (R\$986,41). Que na hipótese de a D. Fiscalização entender que o recolhimento realizado pela DEFENDENTE foi feito a destempo, a Notificação Fiscal deveria ter sido lavrada para lhe cobrar somente o valor da multa e que em nessa situação solicita a redução do valor da multa em 90% conforme prevê o §1º do art. 45, da Lei Estadual nº 7.014/96.

VOTO

Essa notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar a antecipação total da mercadoria “Filezinho peito”, enquadrada no NCM 02071400, inserido no conceito de “carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos” dada pela Cláusula Primeira do Convênio ICMS 89/05 que limitou a carga tributária a 7%.

É de conhecimento que o tratamento dado nas operações interestaduais com os produtos de carne mencionados na Cláusula Primeira do Convênio ICMS 89/05 tem uma carga tributária de 7%:

Cláusula primeira Fica reduzida a base de cálculo do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS de forma que a carga tributária seja equivalente a 7% (sete por cento) do valor das operações, nas saídas interestaduais de carne e demais produtos

comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suínos.

De igual teor, se faz constar no RICMS-BA/12, no seu art. 268, inciso XIV:

Art. 268. *É reduzido a base de cálculo:*

....

XIV - nas saídas interestaduais de carne e demais produtos comestíveis frescos, resfriados, congelados, salgados, secos ou temperados, resultantes do abate de aves, leporídeos e gado bovino, bufalino, caprino, ovino e suíno, de forma que a carga tributária seja equivalente a 7%(sete por cento) do valor das operações (Convênio ICMS 89/05);

Assim, nessa modalidade comercial se conclui que o crédito fiscal é limitado a 7%, independente se houver destaque superior, pois os dispositivos são imperativos em fixar como alíquota interestadual 7%.

O trato envolvendo a carne é muito sensível para o Estado, matéria de preocupação constante, tendo inclusive no âmbito interno, a possibilidade de “despensa do lançamento e do pagamento do imposto” em toda cadeia comercial, conforme preceitua o art. 271, II do RICMS-BA/12.

Art. 271. *Ficam dispensados o lançamento e o pagamento dos impostos referentes às saídas internas de:*

I – gado bovino, bufalino, suíno, equino, asinino e muar em pé destinados para abate em estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal

II – produtos comestíveis, resultantes do abate de gado bovino, bufalino, suíno, equino, caprino, ovino, asinino, e muar, efetuados de estabelecimento abatedor que atenda a legislação sanitária estadual ou federal, bem como as operações internas subsequentes.

Art. 332. *O recolhimento do ICMS será feito:*

....

III – antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

a) enquadradas no regime de substituição tributária por antecipação relativamente ao imposto correspondente à operação ou operações subsequentes.

b) não enquadrados no regime de substituição tributária por antecipação e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS:

Para o cálculo do imposto devido dessa mercadoria, foi aplicado o MVA de 24,76% constante no Anexo 01 para mercadorias do NCM 0207 vigente no período da ação fiscal, sobre o valor total do DANFE nº 64941, e dado o crédito de 7% destacado na Nota Fiscal conforme estabelece a legislação.

Analiso o pedido do Advogado que solicita a extinção da Notificação Fiscal alegando que a Notificada cumpriu sua obrigação tributária, devido na operação comercial que originou o DANFE 64941, recolhendo o imposto de forma tempestiva e antes da ação fiscal. Após uma conferida na documentação anexa à defesa (fl. 47) e à Notificação Fiscal, constatamos que ela foi lavrada em 28/09/2017 e o pagamento do DAE, onde consta o nº DANFE 64941, foi realizado em 27/10/2017, portanto, quase um mês depois da ação fiscal, no entanto, na documentação constante na Notificação Fiscal, verificamos que o Notificado só tomou ciência do processo em 22/01/2018, conforme assinatura na Notificação Fiscal por seu representante (fl.01), estando devidamente registrado no sistema SIGAT nesta data, a ciência por parte do Notificado (fl.50). Verificamos também, que o Termo de Intimação enviado pela Coordenação de Atendimento da IFMT/Metro através dos Correios, está datada de 05/12/2017 (fl.11). Baseado nas informações levantadas no processo da Notificação Fiscal, está caracterizado que o Notificante recolheu os impostos referente ao DANFE 64941, de forma tempestiva, desta forma voto pela a IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

Por força de norma publicada em 18/08/2018, referente ao Decreto nº 18.558/18, não consta informação fiscal, sendo dispensada de peça fiscal para os períodos anteriores a esta data, caso o

relator entenda ser desnecessário.

De tudo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância **ÚNICA**, a Notificação Fiscal nº **210545.0510/17-2**, lavrada contra **SEARA ALIMENTOS LTDA**.

Sala das Sessões do CONSEF, 14 de novembro de 2019.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR